



Os estudos ecolinguísticos no Brasil

Hildo Honório do Couto¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a Ecolinguística, sobretudo sua versão intitulada Linguística Ecossistêmica, que é a que geralmente se pratica no Brasil. Após uma breve conceituação e histórico da disciplina, falo de sua implantação entre nós e dos desenvolvimentos que por que ela passou, até chegar na Linguística Ecossistêmica. Nesse contexto, é importante lembrar o surgimento da Análise do Discurso Ecossistêmica, até recentemente conhecida como Análise do Discurso Ecológica, sendo a sigla para ambas ADE. Aponto também algumas das principais realizações da disciplina no Brasil, como publicações, eventos, teses e dissertações defendidas bem como cursos que já vêm sendo ofertados.

Palavras-chave: Ecolinguística. Linguística Ecossistêmica. Análise do Discurso Ecossistêmica. Ecolinguística Brasileira.

The ecolinguistics studies in Brazil

Abstract: The objective of this article is to present Ecolinguistics, above all in its version entitled Ecosystemic Linguistics, which is the kind of Ecolinguistics most practiced in Brazil. After a brief characterization and history of the discipline, I talk about its implantation and further developments, culminating in the Ecocystemic Linguistics. In this context, it is important to emphasize the emergence of Ecosystemic Discourse Analysis, which until recently had been called Ecological

Professor Emérito de Linguística na Universidade de Brasília, Brasil. Sua publicação recente é *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*.

E-mail: <hiho@unb.br>.

Discourse Analysis. The acronym for both is EDA. I also point out some of the main achievements of Ecolinguistics in Brazil, including publications, events, M.A. and Ph.D. theses as well as courses taught in several Brazilian universities.

Keywords: Ecolinguistics. Ecosystemic Linguistics. Ecosystemic Discourse Analysis. Brazilian Ecolinguistics.

Introdução

uma honra participar deste primeiro número da *Revista interdisciplinar de literatura e ecocrítica* (RILE), não por ser um ecocrítico, mas um estudioso de uma área aparentada dela, a Ecolinguística. Porém, há um fato que me liga à Ecocrítica: o último capítulo de Couto (2007, p. 434-442)

dedicado justamente a ela. Foi uma tentativa de terminar o livro apresentando uma disciplina irmã da Ecolinguística. Pois bem, meu objetivo neste ensaio é apresentar a Ecolinguística, falar um pouco de suas ramificações e, sobretudo, mostrar o que já se tem feito no Brasil. Veremos que, embora ela tenha começado em época relativamente recente, já apresenta um movimento bastante considerável. Veremos também que, pelo menos em alguns de seus ramos e sub-ramos como a Ecolinguística Crítica e a Linguística Ambiental (COUTO, 2017), há muita afinidade com a Ecocrítica. Isso acontece porque Ecolinguística e Ecocrítica se orientam pelo paradigma ecológico – ou pela **visão ecológica de mundo (VEM)** –, motivo pelo qual ambas são interdisciplinares e encaram seu objeto holisticamente. Aliás, o ramo da Ecolinguística que praticamos no Brasil, a Linguística Ecossistêmica, não é apenas interdisciplinar nem apenas transdisciplinar; ele é declarada e conscientemente multidisciplinar.

Algumas seções deste artigo contêm muitas informações, fornecendo muitos dados. Isso pode torná-las enfadonhas aos leitores. No entanto, eu as considerei importantes devido às finalidades do ensaio expressas já no título, que são dar uma visão de conjunto sobre “os estudos ecolinguísticos no Brasil”. Quem não se interessar por elas pode pulá-las, indo direto para as seções que falam de assuntos mais específicos, como a que apresenta a Linguística Ecossistêmica (seção 5) e a que trata da Análise do Discurso Ecossistêmica (seção 6).

Dados os objetivos do artigo, ele está dividido em seis seções, sem contar a Introdução e as Observações Finais. A seção 2, logo a seguir, tenta expor

a Ecolinguística em geral, apresentando um conspecto do que existe pelo mundo. Na seção 3, temos informações sobre onde e como a Ecolinguística começou no Brasil na virada de 1999 para 2000. A seção 4 fala sobre sua consolidação, apresentando dados que mostram que ela já é uma realidade consagrada em nosso meio acadêmico, a despeito das resistências a toda disciplina social de orientação ecológica. A seção 5 é a mais longa. Ela expõe a Linguística Ecossistêmica, ramo brasileiro da Ecolinguística que vem se formando no eixo Brasília-Goiânia, inclusive em muitos *campi* da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O fato de essa seção ser a mais longa se justifica pelo fato de expor o arcabouço em que se insere o assunto da seção logo a seguir, a Análise do Discurso Ecossistêmica, abreviadamente ADE (seção 6). Todas as categorias da Linguística Ecossistêmica podem ser utilizadas na ADE. A seção 7, por fim, contém uma série de informações sobre o que existe para pesquisa sobre Ecolinguística no Brasil.

O que é ecolinguística

O objeto da Ecolinguística em geral foi pioneiramente mencionado por Sapir em 1911. No entanto, ela só foi definida, *avant la lettre*, por Haugen (1972), antes mesmo do aparecimento do nome ‘ecolinguística’ pelo qual é conhecida. No início da década de noventa do século passado ela deslanhou para valer com a publicação de Fill (1993) e Makkai (1993). Ela tem sido definida como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente, como se pode ver já no título de Couto (2007). Como acabamos de ver, quem primeiro falou do tópico em questão foi o próprio Edward Sapir (1888-1939), na conferência “Language and environment” de 1911, pronunciada na Associação Antropológica Americana. O texto saiu no *American anthropologist* v. 14, p. 226-242, de 1912, e, posteriormente, nos *Selected Writings of Edward Sapir in language, culture and personality* por Mandelbaum (1949). Em 1969, Joaquim Mattoso Câmara Jr. traduziu o texto e o incluiu na coletânea Sapir (1969), sob o título de “Língua e ambiente”, certamente pelo fato de a expressão ‘meio ambiente’ ainda não ser muito popular na década de sessenta

– atualmente, ela se encontra reproduzida também em Couto et al. (2016, p. 35-55). No entanto, o verdadeiro pai da Ecolinguística é Einar Haugen (1972). Em uma palestra proferida em 1970, ele falou em *ecology of language*, definindo-a como vimos no início deste parágrafo. O texto foi publicado no ano seguinte um uma *newsletter* de pouca circulação, mas ficou conhecido

a partir de Haugen (1972), que é o ponto de partida para todo o desenvolvimento ulterior da disciplina – também reproduzido em Couto et al. (2016, p. 57-76).

A Ecolinguística deslanchou e começou a se desenvolver no circuito Áustria-Alemanha. Alwin Fill, por exemplo, começou a organizar eventos, simpósios em grandes encontros como os da Association Internationale de Linguistique Appliquée (AILA), da equivalente alemã Gesellschaft für Angewandte Linguistik – (GAL), ‘Associação de Linguística Aplicada’ e da austríaca (Österreichischer Verband für Angewandte Linguistik (VER-BAL), ‘Associação Austríaca de Linguística Aplicada’), além da publicação de diversas coletâneas, artigos esparsos e capítulos de livros. Antes de tudo isso, tivemos a publicação Trampe (1990), uma das propostas mais interessantes da época do nascimento da Ecolinguística.

Como toda disciplina científica, a Ecolinguística começou a apresentar ramificações logo após seu surgimento. Isso pode ser visto já nas primeiras antologias, como Fill (1996), Kettemann e Penz (2000), Fill, Penz e Trampe (2002) e na primeira antologia ecolinguística inteiramente em inglês, Fill e Mühlhäusler (2001). Nessas coletâneas já se notam pelo menos os ramos da disciplina chamados de **ecolinguística crítica, linguística ecocrítica** e **linguística ambiental**. Sobre esta última, pode-se consultar Couto (2017). A essas tendências, é necessário acrescentar o que se vem praticando no Brasil sob as rubricas de **Linguística Ecossistêmica** e **Análise do Discurso Ecossistêmica**, discutidas mais pormenorizadamente abaixo.

Uma crítica que se tem feito no Brasil à grande maioria dos trabalhos europeus que se consideram ecolinguísticos é a de fazerem apenas “Linguística Ambiental”, ou seja, tratarem apenas de questões ambientais, antiambientais ou pseudoambientais; só se dedicam a questões do ambientalismo. Se o objetivo da Ecolinguística fosse só isso, poder-se-ia dizer que existem trabalhos ecolinguísticos desde pelo menos a década de sessenta do século passado. No Brasil isso começaria pelo menos com Carvalho (1989), vale dizer, bem antes do início para valer da Ecolinguística na Alemanha e na Áustria. Eu coligi pelo menos mais uns três ensaios do gênero aproximadamente da mesma época. Em suma, para fazer jus ao prefixo “eco-” (do grego *oikós* = casa), a Ecolinguística precisa levar em conta tudo na “casa” da linguagem. É preciso levar a sério o fato de a Ecolinguística ser

uma disciplina ecológica, o que implica que ela deve encarar seu objeto de uma perspectiva holística, abrangente. É o que o movimento ecolinguístico brasileiro tem tentando fazer, na esteira do que propuseram alguns membros do circuito Alemanha-Áustria (Peter Finke, Wilhelm Trampe etc.) e da chamada Escola Ecolinguística de Odense (Dinamarca).

O começo da ecolinguística no Brasil

A primeira vez que se falou em Ecolinguística no Brasil foi em Couto (1998). Nesse texto está apresentado pela primeira vez o modelo da ‘ecologia fundamental da língua’, hoje **ecologia integral da língua**. Em Couto (1999), o assunto foi retomado e desenvolvido um pouco mais. A seção 1.1 dessa monografia, disponível apenas na internet, começa lembrando os conceitos principais da ecologia, alguns de seus precursores, como o en-saio clássico de Haugen (1972) e a ‘ecologia da evolução linguística’ de Mufwene (2001). Ainda em 1999, Francisco Gomes de Matos falou sobre eco-linguística em entrevista ao *Jornal do Commercio*, de Recife 12 de maio de 1999, reportando-se a uma apresentação que fizera sobre o assunto em um encontro sobre ambientalismo. Dois anos depois ele usou o adjetivo inglês *ecolinguistic* em uma comunicação apresentada em um congresso no ex-terior (MATOS 2001). Em Matos (2002, p. 65-67), no capítulo “Linguagem e educação ambiental”, ele fala de relações entre língua e meio ambiente, dizendo que “somos não apenas seres ecológicos, mas também ecolinguísticos”. Segundo ele, “o vocabulário que usamos reflete nossa cultura, nos-sos sistemas de crenças, valores e atitudes”. Por isso, é preciso “educar-nos ecolinguisticamente”. Matos (2002) chega a dar uma definição da discipli-na, dizendo que “o estudo dessa interação linguagem-ecologia é objeto de novo campo interdisciplinar, chamado ecolinguística, já incluído nos congressos da Associação Internacional de Linguística Aplicada, desde 1996”. A propósito, em uma famosa conferência proferida nessa associação em 1990, o conhecido linguista inglês Michael Halliday começa mencionando justamente Gomes de Matos. O capítulo 6 do livro *Manual de linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem* publi-cado pela Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD em 2006, de Marcus Maia, se intitula “A Ecologia da Linguagem”, incluindo um subcapítulo sobre “uma agenda ecolinguística”.

O primeiro livro inteiramente dedicado à Ecolinguística é Couto (2007). Em suas 462 páginas, ele apresenta um conspecto geral da disciplina, salientando seu caráter inter-, trans- e multidisciplinar; o último capítulo é dedicado à Ecocrítica. Defende a tese de que a Ecolinguística deve tratar não apenas de questões ambientais, como faz a **ecolinguística crítica**, mas também de questões estruturais, ou seja, deve encarar a linguagem sob todas as formas pelas quais ela pode se apresentar. Sugere até a inclusão da **etnoecologia linguística**, já praticada pelas etnociências. Dois anos depois saiu Couto (2009), propondo a inclusão do tópico contato de línguas no arcabouço da Ecolinguística, como já fizera Haugen (1972). O livro de 2007 termina com um capítulo sobre a Ecossemiótica, antes do já mencionado capítulo Ecocrítica.

Em 2004 tivemos a defesa da dissertação de mestrado *A comunicação entre os membros de uma comunidade de surdos(cegos) de Prata (MG)*, de Célia Aparecida Faria de Almeida, seguida, em 2005, e da de Fábio José Dantas de Melo *O calon dos ciganos do nordeste de Goiás: uma língua obsolescente*, ambas já de cunho ecolinguístico. Esta última saiu também como o livro *Os ciganos calon de Mambaí* publicado pela editora Thesaurus em 2005.

Pouco depois, tivemos, de novo na Universidade de Brasília (UnB), a tese de doutorado dos mesmos pós-graduandos. Fábio Melo defendeu sua tese, *A língua da comunidade calon da região norte-nordeste do estado de Goiás*, em 2008. No mesmo ano Célia Almeida defendeu a sua, *A aquisição da linguagem por uma surdocega pré-lingüística numa perspectiva sociocognitiva*.

Antes disso, a disciplina já vinha sendo ministrada no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB, sob a rubrica de “Tópicos Especiais em Sociolinguística”. Em 2013 foi criada formalmente a disciplina **Ecológia Linguística**, outro nome para Linguística Ecossistêmica. Desde então, ela vem sendo ofertada regularmente. A partir delas, têm surgido diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado. Após um pós-doutorado em Ecolinguística na UnB, em 2010, Elza Kioko do Couto começo a introduzir a disciplina também na Universidade Federal de Goiás, de onde têm surgido diversas dissertações e teses. O grupo de Goiânia gira em torno do Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário (NELIM), que tem promovido encontros de dois em dois anos. De 2012 em diante a disciplina vem crescendo a olhos vistos.

Consolidação

Com as atividades de Elza do Couto na Universidade Federal de Goiás (UFG), sobretudo em torno do NELIM, a Ecolinguística experimentou um crescimento sem precedentes a partir de 2012. Saíram os livros Couto (2012) e Couto (2013), bem como Couto, Albuquerque e Araújo (2013), em homenagem a Hildo do Couto, com nove ensaios ecolinguísticos. Além de dissertações, teses e artigos avulsos, tivemos a realização do I Encontro Brasileiro de Ecolinguística (EBE), Universidade de Brasília, 6-7 de julho de 2012. Os trabalhos nele apresentados foram publicados em *Cadernos de linguagem e sociedade* (v. 14, n. 1, 2013), disponível também online. Em dezembro de 2013, teve lugar o I Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística (EBIME), na Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Uma seleção dos trabalhos aí apresentados foi publicada na coletânea *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáforas*, organizada por Elza Kioko N. N. do Couto, Ema M. Dunck-Cintra e Lorena A. O. Borges publicado pela editora Thesaurus em 2014.

O II EBE teve lugar na UFG em 2014. Uma seleção dos trabalhos apresentados foi publicada em Couto e Albuquerque (2015). O II EBIME realizou-se na UEG-Formosa (GO), em 2014, cujas atas se encontram no Blog do II Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística.

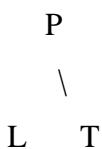
O III EBE foi de novo na UnB, em 2016. Uma seleção dos trabalhos apresentados foi publicada em *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*. v. 3, n. 1, 2017, disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/issue/view/1643> (acesso 14/05/2017).

Tem havido também diversas mesas-redondas sobre ecolinguística no contexto de encontros de cunho sociolinguístico. A disciplina ‘Ecolinguística’ já está sendo oferecida na UFG, na UnB, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal de Roraima (UFRR), na UEG de Pires do Rio (Goiás), em Feira de Santana (BA), entre diversas outras instituições. O IV EBE está previsto para Universidade Federal do Ceará (UFC) (Fortaleza) em 2018. No momento da redação deste artigo (maio/2017) a realização do III EBIME está prevista para o início de setembro de 2017, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana – BA. Mais atividades de caráter ecolinguístico podem ser vistas na seção 7 abaixo.

A linguística ecossistêmica

A Linguística Ecossistêmica tem como precursores o filósofo da linguagem alemão Finke (1996, 2016), seu discípulo linguista Trampe (1996, 2016), o também alemão Strohner (1996), os dinamarqueses Bang e Døør (2007) e o francês Calvet (1999), entre outros. Ela tem esse nome por partir do conceito central da ecologia, o ecossistema, que consta de uma população (P) de organismos, seu *habitat* ou território e as interações (I), tanto dos organismos com o habitat ou meio (interações organismo-meio) quanto (b) as interações dos organismos entre si (interações organismo-organismo). Na linguagem, é a mesma coisa: o **ecossistema linguístico** (ou comunidade de língua/fala) consta de um **povo** (P), convivendo em seu **ter-ritório** (T), com seus membros interagindo verbalmente pelo modo tradicional de interagir na comunidade, ou seja, sua **linguagem** (L). Como se vê, linguístico-ecossistemicamente, língua não é instrumento de comunicação, mas a própria comunicação. Tanto que o L do ecossistema linguístico equivale ao I do ecossistema biológico. No ecossistema linguístico existem também os dois tipos de interação do ecossistema biológico. As interações do tipo (a) – interações pessoa-pessoa – constituem o que sempre se chamou de **referência**, denominação, nomeação ou, da perspectiva do texto, descrição/narração. As do tipo (b) equivalem à **interação comunicativa**, a **comunicação**. Essas são as duas faces da moeda da linguagem.

Esse é o **ecossistema integral da língua**, uma vez que integra em seu interior três outros, ou seja, o natural, o mental e o social, cada um com o respectivo meio ambiente. Como nos demais ecossistemas linguísticos, no seu interior P e T constituem o **meio ambiente integral da língua**, pois é neles que se dão as interações que a constituem. Ele tem sido representado como se vê na Figura 1. A linha segmentada entre L e T indica que não há relação direta entre eles. A relação é sempre mediada por P, o que fica mais claro se linearizarmos a representação: L—P—T.



Ecossistema Integral da Língua

Comunidade de Língua/Fala

Figura 1

As designações comunidade de língua e comunidade de fala representam maneiras de se olhar para o ecossistema linguístico. A **comunidade de língua** (CL) equivale ao domínio do que chamamos costumeiramente de língua. Assim, a comunidade de língua portuguesa compreende Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste. Enfim, ela é o ecossistema linguístico visto da perspectiva do domínio do sistema, logo, como potencialidade de interação.

A **comunidade de fala** (CF) é o ecossistema linguístico encarado da perspectiva da própria interação comunicativa. Em geral ela é de pequenas proporções, mas nem sempre, uma vez que se baseia em interações reais. Se a CL existe independentemente de um observador, como o bioma da Ecologia, a CF é delimitada por ele, exatamente como acontece com os ecossistemas biológicos locais, delimitados pelo ecólogo. Sempre que o linguista delimitar algum domínio como seu ecossistema linguístico, trata-se de uma CF. Ele pode determinar que seu objeto de estudo é o Brasil como um todo. Nesse caso, o Brasil é uma CF por oposição à de Portugal e dos demais países lusófonos. Mas, ele pode delimitar também o estado de Minas Gerais como a CF que vai examinar. Pode também se ater apenas a uma região de Minas, como o Triângulo Mineiro ou a uma única cidade, como Belo Horizonte. Pode mesmo restringir-se a um bairro dessa cidade, uma rua, uma favela e até uma família. Será sempre CF. Sempre que houver pessoas (P) compartilhando determinado lugar (T) de modo relativamente constante e interagindo entre si pelo modo intragrupo de interagir (L), teremos uma comunidade de fala.

Vejamos os três sub-ecossistemas existentes no interior do integral. (GUATTARI, 2011; BOFF, 2012). O primeiro é **ecossistema natural da língua**, representado abaixo na Figura 1a, constituído por determinado povo (P1), como os islandeses, convivendo em sua terra (T1), a Islândia, e se co-municando pelo modo normal de se comunicar localmente, a língua (L1) islandesa. No caso, P1 e T1 são encarados como entidades físicas, naturais, e L1 são as interações concretas, de natureza proxêmica, cinésica, para-lingüística etc., que se dão entre pessoas de carne e osso, com nome próprio. T1 é a base física, o território, o *locus* material, ‘natural’ para a existência de P1 (o conjunto de indivíduos como seres físicos) e suas interações (L1) concretas. Deve-se ressaltar que, nesse caso, língua é uma realidade basicamente biológica, natural, relacionada com o mundo físico. A totalidade

desses indivíduos (P1) como seres físicos, naturais, juntamente com o território (T1) constituem o **meio ambiente natural da língua**.

Em segundo lugar temos o **ecossistema mental da língua**, representado pela Figura 1b. Se entendermos **mente** como o cérebro em funcionamento, então ela é P2. Quanto a T2, está para a massa encefálica que é o suporte da mente. É o cenário (*o locus*), a base das interações mentais, do psiquis-mo, ou seja, é o **cérebro** de cada indivíduo. Trata-se fundamentalmente dos neurônios (axônios e dendritos) em cujas conexões se inscreve a língua (L2), ou seja, em que ela é formada, armazenada e processada. P2 e T2 juntos formam o **meio ambiente mental da língua**. A linha segmentada mostra que a ligação entre L2 e T2 é sempre mediada por P2. Um autor que estudou esse ecossistema detalhadamente foi Gregory Bateson, além da teoria da gramática gerativa, pelo menos no que tange especificamente às relações intermorfêmicas, intervocabulares e interfrasais. Poderíamos incluir aí também a filosofia de Edmund Husserl, entre outros. É um dos ecossistemas menos estudados no âmbito da Ecolinguística. Seu objeto já vinha sendo investigado pela Psicolinguística, a Neurolinguística e o Conexionismo, entre outras disciplinas. O que a Linguística Ecossistêmica traz de novo é inserir tudo isso no arcabouço maior da visão ecológica de mundo (VEM).

Quanto ao **ecossistema social da língua**, ele está visualizado na Figura 1c. No caso, L3 é a língua como fenômeno social, como grande parte das pessoas a vê (para a maioria, ela é um fenômeno exclusivamente social). P3

a totalidade dos indivíduos da comunidade como seres sociais, (interindividualidades, intersubjetividades), ou seja, a **coletividade**. T3 é o cenário, o *locus*, o “lugar” em que se encontram essas individualidades sociais, ou seja, a **sociedade**. No interior desse ecossistema linguístico, P3 + T3 formam o **meio ambiente social da língua**. A linha segmentada aponta para o fato de que a língua como fenômeno social se relaciona com a sociedade (T3) por intermédio da coletividade de indivíduos sociais (P3) que a constituem.

P₁

/ \

L₁---T₁

P₂

/ \

L₂ ... T₂

P₃

/ \

L₃---T₃

Ecossistema Natural da Língua

Figura 1a

Ecossistema Mental da língua

Figura 1b

Ecossistema Social da Língua

Figura 1c

Há orientações filosófico-linguísticas que veem na língua um fenômeno estritamente social, como é o caso da Sociolinguística e da Análise do Discurso, do Funcionalismo e muitas outras teorias. Outras veem nela algo puro ou essencialmente mental, como acontece com todo o cartesianismo e a Gramática Gerativa. Há até algumas orientações filosóficas que acham que a língua é um fenômeno natural. O próprio criador da Gramática Gerativa, Noam Chomsky, asseverou que a língua é um fenômeno da natureza. Pois bem, para a Linguística Ecossistêmica ela é tudo isso ao mesmo tempo, ela é **biopsicossocial**.

Para que haja interações comunicativas eficazes, são necessárias algumas regras, no sentido de regra-regularidade, não de regra-regulamento. São as **regras interacionais**, listadas a seguir.

F e O ficam próximos um do outro; a distância varia de uma cultura para outra ou conforme as circunstâncias.

F e O ficam de frente um para o outro.

F e O devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.

F deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível.

A uma solicitação deve corresponder uma satisfação.

Tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza.

A solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação (*por favor, oi* etc.).

A tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.

Se o assunto da interação for sério, F e O devem apresentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.

F e O devem manter-se atentos, “ligados” durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.

Durante a interação, F e O de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda “estão na linha”.

Em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa de encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.

Adaptação mútua: F deve expressar-se como acha que *O entenderá* e *O interpretará* o que F disse como acha que é o que ele quis dizer.

O encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção (*tá bom, tá, é isso* etc.).

Regras sistêmicas (incluem toda a ‘gramática’, a ‘estrutura’). Elas constituem a sintaxe, a morfologia, a fonologia e a semântica. Assim, quando alguém diz a outrem “O menino vê a menina”, o ouvinte só fica sabendo quem viu e quem foi visto devido à posição de “o menino” antes do verbo e “a menina” após o verbo, ou seja, devido às regras sintáticas.

Como se pode ver, o que se chama de “estrutura”, “gramática” ou “sistema”, ou seja, as **regras sistêmicas**, também são parte das regras interacionais. Também elas existem para garantir a eficácia da interação, tornando-a uma interação comunicativa. O usuário de português só sabe quem vê a quem em *O menino vê a menina* devido à ordem. A regra sistêmica do português prevê que a locução nominal que vem antes do verbo geralmente indica o praticante da ação e a que vem depois dele é o paciente da ação, como já previsto nas gramáticas normativas.

Obedecendo as 15 regras interacionais, os potenciais interlocutores estão em **comunhão**, outro conceito de fundamental importância na Lin-guística Ecossistêmica. Estar em comunhão é estar satisfeito com o simples fato de estar junto; é uma sintonia de espírito, mesmo que não se fale nada. Sem comunhão dificilmente haverá uma interação comunicativa real, ou uma interação comunicativa prototípica. Afinal, como já dissera Jakobson (1969), é ela que abre o canal de comunicação, mantém no aberto e o fecha.

Como a Linguística Ecossistêmica é uma disciplina da Ecologia, praticamente todos os conceitos ecológicos podem ser utilizados quando a praticamos. Comecemos pelo de **holismo**. Sempre que o ecólogo delimita o ecossistema que vai estudar, considera-o em sua totalidade, não apenas uma parte dele. Esse conceito ecolinguístico tem um sentido muito diferente da totalidade do marxismo, que desembocou no totalitarismo. Linguístico-ecossistemicamente, consideramos o todo a fim de evitar a

parcialidade, o partidarismo e o sectarismo. Isso acontece em quase to-das as ideologias. Quem pondera todos os lados de uma questão não toma decisões parciais. Isso é de suma importância para a **Análise do Discurso Ecossistêmica**.

Em seguida, vem o conceito de **diversidade**. Ela é importante para a vitalidade tanto do ecossistema biológico quanto do linguístico, e até do **ecossistema cultural**. (COUTO, 2016). Aceitá-la é respeitar a diferença, por mais que nos incomode. Com ela, evitamos todos os -ismos discutidos em Couto (2007, p. 347-356), tais como o racismo, a homofobia, o etnocentrismo, o machismo e outros. Quem aceita a diferença é tolerante, tem uma atitude de humildade. Essa atitude pode levar a uma maior flexibilidade e a uma **adaptação** a novas situações, outro conceito ecológico de suma importância. O mundo e a cultura (inclusive a língua) são dinâmicos, estão sempre mudando, se adaptando às novas situações que a natureza (e a cultura) lhes apresenta. Não se adaptar é oferecer resistência, o que pode também levar à desarmonia, ao conflito e à violência, quer contra outros seres humanos, quer contra os demais seres vivos e à natureza em geral, como se vê nas ações predatórias. A visão darwinista falava em competição e sobrevivência do mais forte. As novas pesquisas em Ecologia têm mostrado que sobrevive mais aquele que se adapta mais, não necessariamente o mais forte. Se fosse assim, os dinossauros não teriam desaparecido e a barata não teria sobrevivido.

A própria interação comunicativa, a conhecida comunicação, pode ser vista da perspectiva da adaptação. Com efeito, para que ela seja eficaz, é necessário que o falante se expresse como acha que o ouvinte vai entender. O ouvinte, por seu turno procura interpretar o que ouviu do falante como acha que é o que ele quis dizer.

Há adaptação inclusive entre os ecossistemas. Entre eles há um constante fluxo de matéria, energia e informação. Isso decorre da característica da **abertura**, às vezes também chamada de **porosidade**. Essa característica nos ensina que nada está isolado, portanto, recebe influência de fora, além de enviar seus influxos para fora. Ela nos leva a aceitar a ideia do outro, mesmo quando não concordamos com ela. Aceitá-la não no sentido de adotá-la, mas no de respeitá-la. Afinal, o “certo” e o “errado” são conceitos criados socialmente, logo, são relativos. Além de não existirem na natureza, variam de comunidade para comunidade e de um segmento

social para outro. Aliás, se quisermos usar o conceito de “errado”, ele se aplicaria ao que traz sofrimento como entendido no presente contexto. O que não o traz não pode, legitimamente, ser considerado errado, como já dizia Aldo Leopold.

Esse caráter dinâmico do ecossistema tem a ver com o fato de ele estar sempre em **evolução**, que é a cara da moeda cuja coroa é a adaptação. Hoje em dia é sobejamente sabido que a evolução se dá cicличamente. Tudo na natureza se move em ciclos. Veja-se a alternância dia/noite, as estações do ano, o ritmo biológico de nosso organismo, entre outros. Na própria cultura, aí inclusa a linguagem, as mudanças se dão por ciclos. Basta observar a moda. Quantas vezes já não vimos os estilistas, os que ditam a moda, dizerem que agora o chique é o que se fazia nos anos 60 ou nos anos 80, por exemplo? Basta criar-se um termo como *retrô* para designar isso. Em Couto (2012, p. 179-199) há alguns exemplos de evolução cíclica na literatura e na linguagem. Com isso, entramos no domínio da **reciclagem**. Ela tem a ver diretamente com o consumismo capitalista desenfreado. Só recicla quem tem consciência de que o consumismo e a descartabilidade são prejudiciais

manutenção da vida na face da terra, sobretudo **a longo prazo**. Para agir assim, é necessário que se pratique uma economia **sustentável**, que leve a ecologia em consideração. Finke (2002) argumentou de modo bastante convincente sobre a sustentabilidade da língua. Como tentei mostrar em Couto (2007, p. 367-377), até mesmo o “desenvolvimento sustentável” é pre-judicial à natureza.

A análise do discurso ecossistêmica (ADE)

Como extensão ou parte da Linguística Ecossistêmica surgiu a **Análise do Discurso Ecossistêmica**, inicialmente chamada de **Análise do Discurso Ecológica** (ADE), dando continuidade a Fill (1993), Couto (2013), Alexander e Stibbe (2014) e outros. Atualmente, a obra mais abrangente sobre o assunto é Couto, Couto e Borges (2015). Mas, alguém poderia perguntar o que há na abordagem da ADE que não poderia ser feito pelas diversas análises do discurso (AD) já existentes? É o que pretendo discutir na presente seção.

Na verdade, há inúmeros ensaios no contexto dessas AD tradicionais e de outras disciplinas que têm tratado de questões ambientais. Grande parte dos ecolinguistas tem se dedicado a esse tipo de estudo, como se pode ver nas coletâneas publicadas e nos encontros ecolinguísticos. Até

mesmo estudiosos de outras áreas têm incursionado pela “análise de discurso ecológico”, em que o ecológico é o discurso. A proposta da ADE é diferente, ela não faz apenas análise de discurso ecológico, antiecológico ou pseudoecológico, ou seja, ela não é apenas uma ciência do ambientalismo. Pelo contrário, ela faz análise ecológica de discurso. Como parte da Linguística Ecossistêmica, ela é uma disciplina da Ecologia que faz estudos de fenômenos da linguagem, não uma disciplina da Linguística que faz estudos de fenômenos ecológicos (ambientalismo). Para isso, existe o ramo da Ecolinguística em geral chamado **Linguística Ambiental**. (COUTO, 2017). Aliás, já vimos que esse tipo de estudo pode ser feito a partir da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia e de diversas outras ciências humanas.

Além do mais, a Análise do Discurso tradicional, tanto a filiada a Pêcheux quanto a linha anglo-saxônica, enfatiza sempre ideologias e relações de poder. Isso é muito importante. No entanto, a ideologia no caso é a marxista. Em Pêcheux e seguidores, essa ideologia é filtrada pela obra de Louis Althusser, mas é, mesmo assim, marxista. A de linha inglesa parte de um marxismo filtrado por Gramsci e pela Escola de Frankfurt, mas continua sendo também ideologia marxista. Ora, a ideologia marxista tem pelo menos três características que são inaceitáveis em uma visão ecológica do mundo. A primeira delas é a ênfase no **conflito**, sobretudo entre “classe dominante” e “classe dominada”. Os praticantes de ADE partem da **visão ecológica de mundo (VEM)** e das filosofias orientais, como o Hinduísmo, o Budismo e o Taoísmo. (COUTO 2012). Conceitos polares como *bom/ruim*, *grande/pequeno*, *escuroclaro* etc. são vistos como antagônicos pela ideologia do conflito; para ela é um ou outro, é um contra o outro. Na visão oriental e na ecológica, eles são complementares, um depende do outro para existir, pois se articulam ao longo do mesmo eixo. Só existe o *bom* em relação ao *ruim*, o *grande* só frente ao *pequeno*, o *claro* apenas comparativamente ao *escuro* e assim por diante. Isso porque essa filosofia enfatiza a **harmonia** e tudo que lhe diz respeito, não o antagonismo das ideologias.

A segunda característica do marxismo que a ADE não aceita é o **antropocentrismo**, que em Marx aparecia sob o manto de humanismo. Se os humanos são os “reis da criação”, como já dizia Protágoras, tudo o mais existe para servi-los, portanto, eles podem usar e abusar de tudo. Essa ideologia está nos levando a um beco sem saída, uma vez que estamos destruindo todas as bases para a vida na face da terra, em uma atitude suicida. A ADE,

segundo a Ecologia Profunda (NAESS, 1973, 1989; COUTO, 2012, p. 49-67), defende a autorrealização de todos os seres. Os humanos não têm mais direito à vida do que eles. Em vez do antropocentrismo ela defende o **biocentrismo** e o **ecocentrismo**.

O terceiro traço do marxismo que a ADE não pode aceitar é a defesa da ditadura do proletariado. Praticamente todos os países que supostamente adotaram o regime marxista ficaram com a ditadura e deixaram o proletariado de lado. Na verdade, todos os regimes caricaturalmente chamados de “marxistas” são ditaduras hereditárias, como ainda se pode ver nos regimes jurássicos da Coreia do Norte e de Cuba. Uma vez que, segundo se diz, não é possível evitar as ideologias, a ADE adota a ideologia da vida, ideologia ecológica ou **ecoideologia**, ou seja, aquela que defende intransigentemente a vida e luta contra o sofrimento, pela via da harmonização, não a do conflito. As ideologias políticas e econômicas devem estar subordinadas à ecoideologia.

Repetindo, a ADE, ao contrário da Análise do Discurso tradicional, põe a ênfase na defesa da vida na face da terra e em uma luta contra tudo que possa trazer sofrimento evitável. O sofrimento e a dor são uma proteção que os seres vivos têm contra a morte. Se eles não existissem, os seres vivos não se importariam com a mutilação do próprio corpo. Por isso, todo ser vivo está sempre à procura do próprio bem-estar, ou **autorrealização**, como se diz na **Ecologia Profunda**. A morte existe para dar continuidade à vida, para que a natureza recicle a matéria de um ser reutilizando-a em outros seres vivos. No entanto, pelo menos nas situações em que dor, sofrimento e morte podem ser evitadas, devemos evitá-las. Elas podem vir, e virão, mas na hora certa. É o que sugere a ADE, que tem um caráter pres-critivo em prol da vida.

Em conformidade com as categorias da Linguística Ecossistêmica, e uma vez que somos seres não apenas animais (natural), mas temos também uma vida psíquica (mental) e vivemos em sociedade (social), devemos fazer distinção entre sofrimento físico (natural), mental e social. O sofrimento físico ocorre quando há ferimentos, mutilações ou outro tipo de agressão física. Todo sofrimento físico é um movimento na direção da morte, que é o sofrimento físico máximo. Procurar a autorrealização é tentar evitá-los ou pelo menos postergá-los. É preciso, porém, esclarecer que há graus de sofrimento. Um beliscão (físico) pode provocar um sofrimento

muito menos intenso do que uma tortura mental, xingamentos, assédios etc. Ser difamado e desmoralizado perante a comunidade também é um sofrimento social bem mais forte do que o beliscão.

Se um estudioso de ADE for analisar um texto-discurso que fale de uma mulher que apanha todo dia do marido que chega bêbado em casa (alguns desses maridos chegam a matá-la), ele a defenderá não por ser mulher, como faz a ideologia feminista, nem só por se tratar de um ato de machismo em si. Ele a defenderá por ser um ser vivo (humano) que sofre. Assim, ela será defendida partindo de uma causa muito maior do que a justa luta das feministas contra os machistas, como reconhecido na bem-vinda Lei Maria da Penha. O feminismo e o ecofeminismo tratam da questão da mulher pelo ângulo do conflito (ideologia, marxismo), pelo lado do confronto, ao passo que a ADE o faz pelo da conciliação e da harmonia, em sintonia com a filosofia de vida e de ação de Mahatma Gandhi. Pode até ser que em um momento inicial partir do conflito fosse inevitável. No entanto, após os ensinamentos da Ecologia Profunda, é possível resolver esses problemas sem partir para o ataque, para o confronto.

Assim procedendo, a ADE estará considerando a mulher uma igual do homem, não sua antagonista. O mesmo princípio vale para o caso de manifestações de racismo, de homofobia, de etnocentrismo etc. No caso de algumas práticas tradicionais como o tratamento que a mulher recebe em alguns países muçulmanos (como a excisão do clitóris), do infanticídio entre alguns grupos ameríndios e assemelhados, temos o dilema de se ficar do lado da vida ou de tradições culturais arraigadas: a primeira posição resguarda a vida, mas pode provocar sofrimento social no grupo; a segunda preserva tradições culturais – que são modificáveis ao longo do tempo –, mas pode causar sofrimento irreversível, como a morte. A posição da ADE é muito clara: ela se posiciona decididamente do lado da vida. Ser impedido de praticar um ritual previsto na própria tradição pode trazer sofrimento social ao grupo. A ADE parte do princípio de que tradições culturais mudam, mas a morte é irreversível. No entanto, é preciso ter em mente que a ADE fornece apenas linhas gerais a partir das quais se podem julgar casos particulares. Na verdade, cada caso é um caso, portanto, deve ser avaliado no contexto a que pertence, mas sempre tendo como pano de fundo essas diretrizes.

Além dos conceitos linguístico-ecossistêmicos e ecológicos apresentados na seção anterior, existem diversos outros conceitos inerentes ao ecossistema de que se pode lançar mão quando praticamos ADE. Entre eles, temos relações harmônicas *versus* relações desarmônicas, tanto intraespecíficas quanto interespecíficas. Entre as **relações harmônicas interespecíficas**, poderíamos mencionar o **inquilinismo**, o **comensalismo** e o **mutualismo**. Em nossas relações familiares praticamos os três: inquilinismo na gravidez e no período de aleitamento; comensalismo nos antigos almoços/jantares em família; mutualismo na ajuda mútua entre familiares e amigos – veja-se o mutirão. No que tange às **relações desarmônicas interespecíficas**, sobressaem-se o **predatismo (predador versus presa)** e o **parasitismo**. Essa propriedade da Ecologia pode ser evocada no caso do consumo de carne pelos humanos, o que se justifica ecologicamente pelo fato de ser parte da cadeia trófica. Tanto que os felinos só se alimentam de carne. O que a visão ecológica de mundo recomenda é moderação, fruga-lidade, consumir apenas o necessário, para as necessidades vitais. Entre as **relações desarmônicas intraespecíficas**, poderíamos trazer à baila a **com-petição**, que se dá também nas interespecíficas. A ADE enfatiza as **relações harmônicas intraespecíficas**, equivalentes ao princípio da **comunhão** já comentado acima.

Por fim, é por seu sub-ramo Análise do Discurso Ecossistêmica que a Linguística Ecossistêmica apresenta mais afinidades com a Ecocrítica, objetivo desta revista. A ADE é a Ecolinguística voltada para o estudo dos textos-discursos, de qualquer tipo, não apenas textos-discursos relativos ao ambientalismo, como fazem as diversas versões tradicionais da Análise do Discurso e até a Ecolinguística Crítica e a Linguística Ecocrítica, como já assinalado acima.

Atividades e fontes de pesquisa

Atualmente existe uma intensa atividade ecolinguística em torno do eixo Brasília (UnB)-Goiânia (UFG). A primeira é o local de nascimento da disciplina no Brasil, por volta do ano de 2000. A segunda começou, como já dito acima, com um pós-doutorado de Elza Kioko N. N. do Couto comigo na UnB, de 2009-2010. A partir de então a Ecolinguística passou a ser parte integrante das atividades linguísticas na UFG, tanto no nível da pós-graduação quanto no da graduação. Além das atividades em torno

do NELIM, já tivemos duas dissertações de mestrado defendidas. A pri-meira é a de Heloanny Freitas Brandão, *O direito ambiental constitucional brasileiro: a perspectiva da Análise do Discurso Ecológica* (ADE), em 2016. A segunda é de autoria de Laís Cristina Machado e Silva, sob o título de *O cambiante discurso de Marina Silva: uma visão ecolinguística*, defendida em 2016. Além dessas duas dissertações, houve ainda a de Lorena Borges, *Discurso e imaginário na constituição das escolas pioneiras: uma perspectiva ecolinguística*, 2013, de caráter ecolinguístico mais geral. Como se pode ver nas Referências abaixo, esta pós-graduanda é coautora do livro principal da ADE. Existem dissertações e teses em andamento, inclusive uma sobre aspectos endoecológicos da língua (gramática), no caso as preposições es-paciais. Pelo menos uma tese de doutorado já foi defendida por João Nunes Avelar Filho, ou seja, *Uma visão ecolinguistica da folia da roça de Formosa (GO)*, em 2015. Não podemos esquecer os trabalhos de PIBIC e TCC, que têm sido inúmeros.

Tudo isso tem ocorrido na UFG devido às discussões em torno do NELIM e da disciplina Ecolinguística, que se tornou parte integrante da Pós-Graduação em Linguística, além de ser ofertada na Graduação como Núcleo Livre.

Na Universidade de Brasília, berço da Ecolinguística brasileira, a disciplina Ecologia Linguística tem sido oferecida regularmente, com uma frequência em torno de 10 alunos. Além das duas dissertações e das duas teses mencionadas acima, várias outras foram concluídas, sendo que no momento (maio/2017) quatro estão em andamento. Uma delas, de Genis Frederico Schmaltz Neto, será defendida até o final do ano de 2017. Ela trata da linguagem da comunidade mística conhecida como Vale do Ama-nhecer próxima a Brasília, encarada como uma comunidade de fala, nos termos em que ela foi definida acima.

Em termos de publicações ecolinguísticas, gostaria de salientar a volumosa antologia de Couto et al. (2016). Ela contém 18 ensaios, começando pelo precursor Sapir, passando pelo pai da disciplina, Einar Haugen e pelos seus principais propulsores, como Alwin Fill – o maior incentivador e catalisador da Ecolinguística no mundo –, além de grandes autores como Peter Finke, Wilhelm Trampe – iniciadores da Linguística Ecossistêmica –, Peter Mühlhäusler, Louis-Jean Calvet e outros. Há uma introdução contendo uma detalhada história da Ecolinguística. Enfim, essa coletânea pode ser

usada, só ela, como um manual para um curso de Ecolinguística. As únicas duas outras línguas que têm coletâneas desse porte são o inglês e o alemão.

Um outro grande feito da Ecolinguística brasileira é a criação de *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem* (ECO-REBEL), em 2015, publicada semestralmente. Ela está disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/>. Até o momento (agosto/2017) já foram publicados seis números, com artigos de grandes nomes internacionais e nacionais. A maioria dos artigos está em português, pois seu objetivo precípuo é ser-vir ao leitor brasileiro. No entanto, ela contém muitos artigos em inglês e até um em francês. Por ser muito jovem, ela ainda está nos níveis iniciais do Qualis, mas temos intenção de chagar a A1. Tanto que ela já está inde-xada em vários indexadores.

Existem ainda três *blogs* de minha autoria. O principal é Meio Ambiente e Linguagem, localizado em <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/>. Iniciado em 2008, ele já contém mais de 20 textos de interesse para os estudiosos de Ecolinguística. Muitos dos assuntos que passaram a ser parte integrante da Linguística Ecossistêmica foram divulgados experimentalmente nesse *blog*. Também ele pode ser usado como parte da bibliografia de cursos de Ecolinguística. Como a antologia, ele tem a vantagem de estar em português, com o fito de facilitar a consulta por estudantes e outros que têm dificuldades com o inglês. Para quem não lê português, te-nho ainda o *blog* em inglês Ecosystemic Linguistics, encontrável em <http://ecosystemic-linguistics.blogspot.com.br/>, contendo seis textos, entre eles um expondo a Linguística Ecossistêmica e outro falando da Análise do Discurso Ecológica/Ecossistêmica (ADE).

Não pode ser esquecido nosso *site* de Ecolinguística: Linguística Ecossistêmica, organizado por Anderson Nowogrodzki da Silva. Como

revista *ECO-REBEL*, ele está sediado na UnB. Infelizmente, ele ainda se encontra em uma etapa bastante incipiente, mas vamos atualizá-lo e ampliá-lo em breve. Ele já contém uma seção de e-books (com um livro já publicado) e, em breve terá um curso de Ecolinguística *online*. Eis o endereço: <http://www.ecoling.unb.br/>

Nesse contexto, não podem deixar de ser citadas outras duas revistas que contêm números monográficos sobre Ecolinguística. A primeira é *Ca-dernos de linguagem e sociedade*, v. 14, n. 1, 2013, também sediada na UnB. Esse número contém uma seleção dos trabalhos apresentados no I EBE, na

UnB, em 2012. Ele está disponível em papel e *online*. Na segunda modalidade em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/issue/view/833>.

A segunda revista é *Via litterae*, da UEG-Anápolis. O v. 7, n. 1, 2015, é inteiramente dedicado à Ecolinguística. Ela contém 12 artigos sobre Linguística Ecossistêmica em geral e seu sub-ramo Análise do Discurso Ecológica/Ecossistêmica (ADE). É interessante ressaltar que entre os artigos há dois dedicados à questão da metodologia em Ecolinguística. Como sabemos, este é um dos calcanhares de Aquiles de muitas teorias. A revista está disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/issue/view/220>.

Além dos encontros alternados do EBE e do EBIME (EBE em ano par, EBIME em ano ímpar), no dia 31 de março de 2017 foi realizado um encontro comemorativo na UEG-Anápolis, intitulado 10 ANOS DE ECOLINGUÍSTICA NO BRASIL. O evento comemorou a publicação de Couto (2007), o primeiro livro de Ecolinguística publicado em português, cujo lançamento foi precisamente no mês de março de 2007. As 12 comunicações apresentadas foram publicadas em forma de livro, sob o título de *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*, pela Editora Pontes, de Campinas, 2017, organizado por Elza do Couto, Zilda Dourado, Anderson Silva e João Avelar Filho.

Não podemos esquecer a lista de discussão moderada por Genis Frederico Schmaltz Neto, intitulada Ecolinguística-Brasil (LEB). Para participar, basta enviar um email para Fred Schmaltz². Existe ainda minha lista Linguística Ecossistêmica, com 280 membros, do Brasil e do exterior. Infelizmente, porém, ela é unidirecional: só existe para eu enviar informações quando as há, diferentemente da LEB, que é realmente uma lista de discussão. Qualquer pessoa inscrita nela pode enviar informação, pedir informação, discutir informação já veiculada etc. É um fórum de debates para a Ecolinguística brasileira.

Por fim, gostaria de dizer que, além dos encontros alternados de EBE e EBIME, temos tido diversos simpósios e mesas-redondas de cunho ecolinguístico como parte de eventos maiores, de âmbito mais amplo. Já incluímos mesas-redondas em encontros de Análise do Discurso e de Sociolinguística.

² ecofred@yahoo.com ou para gfschmaltz@gmail.com

Observações finais

A Ecolinguística brasileira está de vento em popa, a despeito de ter sido introduzida em nosso país em época relativamente recente, início dos anos 2000. Ela tomou um rumo um tanto diferente do que se faz costumadamente em outros países, sobretudo a Europa que, como vimos, se dedica sobretudo

a questões ambientais. Para isso a Ecolinguística brasileira propôs a Linguística Ambiental, tento por base propostas de Peter Müh-lhäusler e colaboradores. Esta sim, dedica-se ao estudo, análise e crítica de discursos cujos autores tentam passar-se por ambientalmente corretos. (COUTO, 2017).

Por ser uma disciplina que olha para seu objeto de forma abrangente, holística, a Linguística Ecossistêmica que praticamos no Brasil não se restringe ao estudo do ambientalismo. Ela o faz também, mas não só e, quando o faz, fá-lo por seu sub-ramo Linguística Ambiental.

O fato é que o praticante de Linguística Ecossistêmica pode se debruçar sobre qualquer aspecto da língua, fazendo jus ao dito de Jakobson de que *linguista sum: linguistici nihil a me alienum puto* (eu sou linguista e nada do que linguístico me é estranho), que nós transformamos em *ecolinguistia sum: linguistici nihil a me alienum puto* (eu sou ecolinguista e nada do que é linguístico me é estranho), dito que faz parte do logotipo dos Encontros Brasileiros de Ecolinguística (EBE), reproduzido como apêndice deste artigo.

Por ser holística, a Linguística Ecossistêmica se dedica não apenas à exoecologia da língua (exterioridade da linguagem) mas também a sua endoecologia, vale dizer, as questões “estruturais”, que ela encara como redes de relações ou rede de relações orgânicas. (COUTO 2016).

Referências

ALEXANDER, Richard; STIBBE, Arran. From the analysis of ecological discourse to the ecological analysis of discourse. *Language sciences*, v. 41, p. 104-110, 2014.

BANG, Jørgen Christian; DØØR, Jørgen. *Language, ecology and Society: a dialectical approach*. Londres: Continuum, 2007.

BOFF, Leonardo. *As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012.

CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

CARVALHO, Isabel C. M. *Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos*. 1989. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.

COUTO, Elza K. N. N. do. *Ecolinguística e imaginário*. Brasília, DF: Thesaurus, 2013.

COUTO, Elza K. N. N. do; ALBUQUERQUE, Davi. *Linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica: teoria e aplicações*. Brasília, DF: Thesaurus, 2015.

COUTO, Elza; ALBUQUERQUE, Davi B.; ARAÚJO, Gilberto (Org.). *Da fonologia à ecolinguística: ensaios em homenagem a Hildo Honório do Couto*. Brasília, DF: Thesaurus, 2013.

COUTO, Hildo Honório do. *The place of place in creole genesis*. 1998. Disponível em: <<http://www.ecoling.unb.br/images/1 Place of place.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017. 1999.

COUTO, Hildo Honório do. *Contato Interlinguístico: da interação gramática*. 2. ed. Brasília, DF: Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2017. Disponível em: <<http://www.ecoling.unb.br/images/contato-interlinguistico.pdf>>. Acesso: 23 mar. 2017.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

COUTO, Hildo Honório do. *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

COUTO, Hildo Honório do. Estudos gramaticais à luz da linguística ecossistêmica. *SCRIPTA*, v. 20, n. 38, p. 26-53, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/11839>>.

COUTO, Hildo Honório do. Ecossistema cultural. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 4, n. 1, p. 44-58, 2018. Disponível: <<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/28724/20242>>. Acesso em: 14 maio 2017.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ambiental. *Meio Ambiente e Linguagem*. Maio, 2017. Disponível em: <<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2017/03/linguistica-ambiental.html>>. Acesso em: 14 maio 2017.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza; BORGES, Lorena. *Análise do discurso ecológica ADE*. Campinas, SP: Pontes, 2015. v. 9.

COUTO, Hildo do et al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

DOSSIÊ LINGUÍSTICA Ecossistêmica: horizontes teóricos, metodológicos e analíticos. *Via Litterae*, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/issue/view/220>>.

ENCONTRO BRASILEIRO DE IMAGINÁRIO E ECOLINGUÍSTICA, 2., 2015, Formosa, GO. *Anais...* Formosa, GO, 2015. Disponível em: <<http://iiebime.blogspot.com.br/>>.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE ECOLOGIA E LINGUAGEM. Brasília, DF, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/issue/view/1643>>. Acesso em: 14 maio 2017.

FILL, Alwin. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Narr, 1993.

FILL, Alwin. (Org.). *Sprachökologie und Ökologistik*. Tübingen: Stauffenburg, 1996.

FILL, Alwin; PENZ, Hermine; TRAMPE, Wilhelm (Org.). *Colourful green ideas: papers from the conference 30 years of language and ecology*. Berna: Peter Lang, 2002.

FILL, Alwin; MÜHLHÄUSLER, Peter (Org.). *The ecolinguistics reader: language, ecology and environment*. Londres: Continuum, 2001.

FINKE, Peter. Die Nachhaltigkeit der Sprache: fünf ineinander verschachtelte Puppen der linguistischen Ökonomie. In: FILL, Alwin; PENZ, Hermine; TRAMPE, Wilhelm (Org.). *Colourful green ideas: papers from the conference 30 years of language and ecology*. Berna: Peter Lang, 2002. p. 29-58.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. 21. ed. São Paulo: Papirus, 2011.

HAUGEN, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

- JAKOBSON, Roman. A linguística em suas relações com outras ciências. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística, poética, cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 11-64. (Debates, 22).
- KETTEMANN, Bernhard; PENZ, Hermine; FILL, Alwin (Org.). *EConstructing language, nature and society*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, c2000.
- MAKKAI, Adam. *Ecolinguistics: ¿Toward a new paradigm for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.
- MATOS, Francisco Gomes de. A case for ecolinguistic identity. In: INTERNATIONALE DEUTSCHLEHRERTAGUNG, 22., Lucerna, Suíça, 2001. *Annals...* Lucerna, Suíça, 2001.
- MATOS, Francisco Gomes de. *Comunicar para o bem*. São Paulo: Ed. Ave-Maria, 2002.
- MEIO AMBIENTE LINGUAGEM. 2008. Disponível em: <<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/>>.
- MUFWENE, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. *Inquiry*, v. 16, p. 16-100, 1973. Disponível em: <<http://www.wildsreprisal.com/PDF's/Cascadia%20Rising/The%20shallow%20and%20the%20deep,%20long-range%20ecology%20movement.pdf>>.
- NAESS, Arne. *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- SAPIR, Edward.; MATTOSO, Joaquim. Língua e ambiente. In: SAPIR, Edward; MATTOSO, Joaquim. *Linguística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62. (Filologia e Linguística, v. 1).
- TRAMPE, Wilhelm. *Ökologische Linguistik: Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

APÊNDICE - Logotipo dos Encontros Brasileiros de Ecolinguística (EBE)

